

POPULISMO COMO A POLÍTICA PURA DO IMPOLÍTICO OU ANTIPOLÍTICA EM ROSANVALLON

POPULISM AS THE POLITICS OF THE IMPOLITICAL OR ANTI-POLITICS IN ROSANVALLON

Ludmila Lais Costa Lacerda

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO. O presente texto pretende desenvolver a ideia de populismo para Pierre Rosanvallon. Ele define o o populismo como a “política pura do impolítico ou a antipolítica consumada: absoluta contra-democracia”. Os conceitos são empregados para analisar o populismo como destilação da contra-democracia, ajudando a produzir um quadro mais claro sobre o termo e ver o populismo como uma forma de expressão política em que o projeto democrático é totalmente tomado por uma forma extrema de antipolítica. Aprofundar a questão do populismo leva a uma melhor compreensão da democracia, dos seus riscos de desvio, confisco, ambiguidades e incompletude.

PALAVRAS-CHAVE: populismo; democracia; impolítico; antipolítico.

ABSTRACT. It is intended to develop the idea of populism for Pierre Rosanvallon. He defines populism as impolitical or anti-political: absolute counter-democracy. The concepts are used to analyze populism as a distillation of counter-democracy, producing a better image of the term and vision of populism as a form of political expression in which the democratic project is completely taken over by an extreme form of anti-politics. Deepening the question of populism leads to a better understanding of democracy, its risks of deviation, confiscation, ambiguities, and incompleteness.

KEYWORDS: populism; democracy; impolitic; anti-political.

INTRODUÇÃO

Em 2006, no *Postscript* da obra *Democracy past and future* Pierre Rosanvallon afirma que o exame de quatro características¹ da democracia indireta poderia permitir não apenas compreender as indeterminações, contradições e patologias dessa democracia, como também entender o populismo como uma forma pervertida da democracia indireta (ROSANVALLON, 2006, p. 246).

Na obra *Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust* (2008), o autor assevera que o termo populismo geralmente é visto no léxico político de hoje como algo vago, ameaçador e utilizado para caracterizar movimentos políticos e problemas não facilmente acomodados em padrões ideológicos comuns. Desse modo, descrever um movimento como populista significa dizer, sem maiores especificações, que se trata de algo patológico ou perigoso para a liberdade. Para o autor essa abordagem é insuficiente diante da necessidade de pensar o populismo não apenas como patologia da democracia eleitoral-representativa, mas principalmente como patologia da contra-democracia. Isso porque, para ele o populismo não é somente uma ideologia, como é também uma “inversão perversa dos ideais e procedimentos democráticos” (ROSANVALLON, 2008, p. 265).

Inicialmente, o populismo como patologia da democracia eleitoral-representativa pretende solucionar os problemas de representação ao invocar a figura de um povo unificado e homogêneo. Como consequência, ele também rejeita, ataca e segrega tudo o que possa ser apontado como inimigo dessa unidade. O povo é caracterizado como unificado, puro e indivisível, enquanto os inimigos são excluídos dessa noção. Visto desse modo,

¹ Para Rosanvallon a desconfiança é característica constitutiva da vida democrática, sendo que a legitimidade e confiança não são da mesma natureza, pois a legitimidade é uma qualidade jurídica de ordem processual enquanto a confiança é uma espécie de “instituição invisível”. O autor afirma que a dissociação entre confiança e legitimidade se tornou um problema central na história da democracia e indica que os mecanismos de desconfiança que caracterizam a democracia indireta compreendem três conjuntos: o exercício de mecanismos de supervisão, a criação de instituições independentes e a formação de poderes de rejeição. Nesse contexto, são elencadas as quatro características da democracia indireta (ROSANVALLON, 2006, p. 238-244).

o populismo tenta remediar os defeitos de representação propondo uma sociologia essencialista e sua retórica também acaba por atacar o próprio princípio representativo (ROSANVALLON, 2008, p. 266).

Nesse sentido, para Rosanvallon, a abordagem do populismo como patologia da democracia eleitoral-representativa não consegue explicar as origens ou as características diferenciadas do populismo, já que, as várias formas de totalitarismo seriam classificadas como populistas se apenas a crise de representação (patologia da democracia eleitoral-representativa) e a dependência de um imaginário de unidade social e encarnação do povo fossem indicadores seguros do populismo. Diante disso, é constatada a necessidade do estudo do populismo como sendo uma patologia da contra-democracia.

O populismo radicaliza cada uma das três formas de contra-democracia (democracia de vigilância, soberania preventiva e política como julgamento) a ponto de chegar ao que Rosanvallon denomina de impolítico (*unpolitical*). Desse modo, o populismo pode ser definido como “a política pura do impolítico ou a antipolítica consumada: absoluta contra-democracia” (ROSANVALLON, 2008, p. 268).

É possível a definição do populismo como patologia da democracia de vigilância, quando a ânsia em inspecionar o governo e submetê-lo a escrutínio e críticas se torna uma estigmatização compulsiva e permanente das autoridades, que passam a ser vistas como inimigas extremas. Nesse aspecto, o populismo é fiel herdeiro de Jean-Paul Marat, para o qual todo governo parecia essencialmente despótico e a vocação do poder era inexoravelmente tirânica.

Com Marat a supervisão tornou-se a única forma de atividade política do cidadão. Vilipendiado e atacado, o poder se transformou em uma fortaleza tão proibitiva que ninguém fora dele poderia se imaginar ocupando-o. Os cidadãos se sentiam radicalmente alienados. Marat não conseguia conceber a possibilidade de um governo democrático. O populismo é o

herdeiro moderno da visão de Marat. Ele combina a suspeita com uma paixão por denúncia que tem mais a ver com a vontade de destruir do que com vigilância ansiosa. Sendo assim, o populismo é o poder de supervisão voltado contra si mesmo (ROSANVALLON, 2008, p. 269).

O populismo também pode ser visto como uma patologia da soberania preventiva. A esse respeito, ele pode ser relacionado à crise política do final do século XIX, quando grupos “antissistema” surgiram em vários países. O sentimento revolucionário parecia competir com a rejeição à política, mas na realidade as duas atitudes se reforçavam mutuamente. A “soberania crítica” contribuiu para a construção da democracia e o poder preventivo, quando transmutado em uma visão interna e negativa da política moldou a evolução dos sistemas políticos democráticos. Entretanto, em tempos de crise ou incerteza o negativismo extremo pode se afirmar com força. Na França, nos anos 50, por exemplo, o súbito sucesso do movimento Poujadista mostrou que o sentimento populista latente permaneceu nas sombras, pronto para entrar em erupção a qualquer momento (ROSANVALLON, 2008, p. 270).

Em 1956 o Poujadismo foi uma caricatura da política puramente negativa: era um partido impulsionado pela revolta dos impostos, e seus candidatos compareceram perante os eleitores sem qualquer plataforma além da oposição pura e visceral ao governo. Encarnações subsequentes do populismo tornaram comum essa idéia de ação política. Os populistas não têm interesse em lutar nos campos de batalha políticos usuais. Em vez disso, eles advertem sobre a decadência e se apresentam como guardiões da pureza, salvadores da nação de extremos políticos e profetas de um apocalipse do qual emergem vitoriosamente.

Nos últimos anos, as “massas negativas” (expressão de Elias Canetti) parecem ter se voltado exclusivamente para dentro. Elas não mais dedicam energia em alguma melhoria prometida ou futuro paraíso. Para as massas silenciosas, desiludidas, desorientadas e repugnadas o populismo falha em fornecer uma linguagem. No entanto, ele sabe como alimentar a raiva e

agitar protestos nas ruas e nas cabines de votação. O poder crescente do populismo reflete o fato que a soberania preventiva se vê aprisionada no imediato: é uma força radicalmente destituída de idéias, incapaz de críticas ativas e reduzida à expressão de violência resignada (ROSANVALLON, 2008, p. 271).

Por fim, o populismo contemporâneo aumentou corrosivamente a política como julgamento e a ideia do povo como juiz. A imagem da corte como teatro de argumentação racional e de opinião de especialistas foi transformada por movimentos populistas em um teatro de crueldade ou circo. Como resultado, a própria essência do poder foi criminalizada e ridicularizada. Nesse sentido, toda atividade cívica é reduzida a acusação, alienando assim o cidadão do governo quase como uma questão de necessidade estrutural. O estado é reduzido à sua função de procuradoria e de aplicação da lei, como se esta fosse sua única manifestação democrática.

O povo vingativo como juiz mostra pouca preocupação com a justiça distributiva, acusando os beneficiários de algum resquício do estado de bem-estar social de fraude e os aglomerando junto aos imigrantes como párias. A única justiça que passa a interessar é a justiça da repressão, punição e estigmatização daqueles a quem condena como “indesejáveis” e “parasitas”. Nesse aspecto, a patologia da contra-democracia se entrelaça com a patologia da democracia eleitoral-representativa a partir da fantasia de se resolver todos os problemas da sociedade criando um corpo social sadio e unificado (ROSANVALLON, 2008, p. 272).

As definições “ideológicas” do populismo tendem a sofrer de juízos simplistas: por um lado, denúncias do populismo como uma forma de demagogia e xenofobia; por outro lado, o elogio do populismo como uma ideologia genuinamente preocupada com a “sociedade de base”. A caracterização da democracia em termos funcionais é mais objetiva e mais precisa para Rosanvallón. Considerar o populismo como uma patologia da democracia eleitoral-representativa foi o primeiro passo, o que permitiu

avançar para uma melhor definição enfatizando o entendimento sociológico do populismo e sua percepção de uma “crise de vontade política”. Entretanto, conforme ora mencionado, essa abordagem é inadequada porque não consegue distinguir suficientemente entre o populismo e outras patologias mais radicais, como as várias formas de totalitarismo, assim como entre o populismo e concepções meramente iliberais, autoritárias ou decisionistas do político.

Para Rosanvallon a análise do populismo como pura contra-democracia (ou destilação absoluta dos três tipos de contra-democracia) ajudou a produzir um quadro mais claro e com essa definição em mente é possível ver o populismo como uma forma de expressão política em que o projeto democrático é totalmente tomado pela contra-democracia: é uma forma extrema de antipolítica. Por sua vez, isso permite entender o motivo do populismo ser uma força tão poderosa no século XXI: é a patologia política característica de uma era marcada pelo surgimento de formas contra-democráticas. Desencadeando, assim, o surgimento do que o autor chama de “contra-democracia impolítica” (ROSANVALLON, 2008, p. 273).

Em 2011, no texto *Penser le populisme* é afirmado que na democracia o povo não tem mais forma, pois torna-se positivamente número, isto é, força composta de iguais, de individualidades puramente equivalentes sob o reinado da lei. Isto é expresso de maneira radical pelo sufrágio universal. Com ele, a sociedade não é mais construída de vozes idênticas e a substância desaparece atrás do número, redobrando os efeitos da abstração ligada à constituição do social de modo procedimental (ROSANVALLON, 2011b).

Para resolver esta aporia, o trabalho da representação democrática implica a constituição de um povo fictício, no sentido jurídico do termo, no lugar de um povo real que é infigurável. A contradição entre a natureza da sociedade democrática (sociedade sem corpo) e os pressupostos da política democrática (a constituição de uma pessoa fictícia representada) implica,

portanto, na busca permanente por uma figuração que nunca será completamente bem-sucedida.

Uma segunda natureza problemática das instituições e procedimentos se encontra na justificativa do sistema representativo e explicação da impossibilidade da representação direta em uma grande sociedade. Assim, é necessário partir do fato de que a história da democracia é a de uma dupla indeterminação, como mostra a dificuldade de situar exatamente o lugar do referendo nos meios de expressão democrática. É a partir daí que é necessário apreender as relações equivocadas entre uma referência positiva ao povo e uma referência mais negativa ou, em todo caso, uma impressão suspeita da noção de populismo.

A história da democracia é confundida com a de uma flutuação entre uma idealização ligada a definições abstratas e condições de formatação conflituosa, sujeita a manipulação, desvio, confisco e minimização. A questão do debate sobre a democracia não é simplesmente intelectual, mas é também uma questão social, porque também há controvérsias permanentes para saber o que significa democracia.

Há também uma terceira indeterminação que perturba. É o fato que as pessoas não são apenas um princípio dominante, mas também são a substância e a forma social da democracia. Ele é a figura do comum, a forma de uma sociedade de iguais, isto é, um modo coerente de fazer a sociedade. Então, há na forma de uma promessa ou de um problema, um projeto para se alcançar.

Conforme Rosanvallon essas três formas de indeterminação são constituintes da democracia moderna. Porém, atualmente elas assumiram um caráter particularmente agudo devido a crescente demanda democrática dos cidadãos. Quanto mais as formas de intervenção cidadã se expandiram, mais a sensação de incompletude democrática se desenvolveu, isso se agrava com o crescimento das desigualdades e fenômenos do separatismo que enfraquecem cada vez mais o social. É o colapso da democracia-

sociedade que redobra a incompletude estrutural do regime democrático e que coloca com acuidade a questão da figuração do sujeito coletivo da democracia.

Com uma primeira aproximação do que Marx disse é possível afirmar que o populismo é ao mesmo tempo o sintoma de uma angústia real e a expressão de uma ilusão. Ele nasceu no terreno de uma crise. Não apenas expressa um mal intrínseco. É o ponto de encontro entre desencantamento político, má representação, disfunções do regime democrático em junção com um desarranjo social, ligados com a não resolução da questão social na atualidade e duplo sentimento de desamparo, falta de alternativas e opacidade do mundo. Nesta perspectiva, o populismo pode ser entendido como uma forma de resposta simplificadora e perversa a essas dificuldades. É por isso que não podemos apenas apreendê-lo como um “estilo político”, como dizem alguns, reduzindo-o à sua dimensão demagógica.

Rosanvallon menciona que se quisermos entender melhor a democracia também é preciso entender melhor o que é o populismo, pois a inteligência da democracia é inseparável de uma inteligência de suas perversões. Aprofundar a questão do populismo leva a uma melhor compreensão da democracia, com seus riscos de desvio, confisco, ambiguidades e incompletude. Se há indignação ou preocupação na Europa com o desenvolvimento do populismo, é preciso ter também a inteligência de sua preocupação e ciência de sua indignação rejeitando tanto o moralismo difuso quanto o desprezo arrogante. Tornar a palavra "populismo" um espantinho impossível de ser teorizado não é pensar o populismo. A questão do populismo é interna a da democracia e sua presença força a pensar a democracia para melhor realizá-la.

A partir deste ponto de vista, um paralelo entre o fenômeno do populismo e fenômeno totalitário se impõe. Para o autor há, de fato, em ambos os casos, uma perversa apreensão do ideal representativo e das formas democráticas, assim como a mesma maneira de reduzir a questão da

divisão do social sob as espécies de uma exaltação do unificado e do homogêneo, seja o povo de classe ou o povo da nação construído em uma rejeição do outro. Com uma diferença considerável: o totalitarismo definiu uma forma de poder, construiu instituições estatais, enquanto o populismo estrutura mais vagamente e menos imediatamente uma cultura política de *decomposição democrática*.

Rosanvallon considera preocupante o fato que, na atualidade, os partidos populistas tenham conquistado posições eleitorais extremamente poderosas em países que eram símbolos da social-democracia e dos “bastiões” da democracia, a saber. Portanto, há para ele uma necessidade urgente de pensar no populismo hoje como um fato constituinte da vida das democracias e não simplesmente como uma espécie de guinada momentânea ou localizada.

O populismo é um fenômeno complexo. No entanto, é possível descrever características comuns à linguagem, doutrina e prática desses movimentos. As observações podem, de certo modo, ser resumidas ao se considerar que a doutrina de todos esses partidos e movimentos chamados de populistas se baseia em uma simplificação tripla. A primeira simplificação é política e sociológica: considerar as pessoas como um sujeito óbvio, definido por sua diferença com as “elites”. Como se as pessoas fossem a parte saudável e unida de uma sociedade que naturalmente se estrutura em blocos. As sociedades hoje são marcadas pela secessão dos ricos. Mas a existência de uma oligarquia, o fato da secessão dos ricos, não é suficiente para definir as pessoas e considerá-las como uma massa unida. Não é apenas um princípio negativo que pode definir essa sociedade.

Também há uma segunda simplificação: processual e institucional. O populismo acredita que o sistema representativo e a democracia em geral são estruturalmente corrompidos pelos políticos e que a única forma real de democracia seria o apelo ao povo. Ele também suspeita que corpos intermediários, como a justiça, possam ser indiferentes aos sofrimentos do

povo; ou, na medida em que é antidemocrática e corporativista, condena todas as autoridades reguladoras legitimadas por um princípio de imparcialidade.

Por fim, há uma simplificação da concepção do laço social. A terceira simplificação consiste no fato que o populismo acredita que a coesão social é sua identidade e não a qualidade interna das relações sociais. Uma identidade que é sempre definida negativamente. De uma estigmatização daqueles a serem rejeitados: imigrantes, ou aqueles que têm outras religiões. Esta questão não é nova. Por exemplo, no final do século XIX (eleições de 1893), Maurice Barres publicou um manifesto eleitoral intitulado "*Contre les étrangers*". A igualdade, como ele a via, era necessariamente irmã da xenofobia, ligada a uma forma de protecionismo nacional (ele dizia ser o fervoroso defensor do "*proteccionismo operário*").

Ver o populismo como baseado em uma simplificação da democracia; da compreensão do que as pessoas significam; dos procedimentos que possam sustentar a democracia e do que faz o comum, nos convida a pensar em como melhor alcançar a democracia. Isso porque ninguém pode fingir lutar para deter o populismo simplesmente defendendo o estado atual das coisas, simplesmente defendendo a democracia como existe hoje. *Para criticar o populismo é necessário ter um projeto de reinvenção e reconstrução da democracia.*

O primeiro passo é supor que, em vez de simplificar a democracia, ela precisa ser complicada para se realizar, pois ninguém pode reivindicar o próprio povo para si, ninguém pode afirmar ser seu único orador. As pessoas existem apenas sob espécies e manifestações parciais. Em contraponto, há um povo aritmético: o povo eleitoral. Ele é importante, porque todos podem falar com as pessoas dizendo que "a sociedade pensa que", "as pessoas pensam que", mas ninguém pode dizer que 51 é menos de 49. Há uma espécie de evidência e poder das pessoas aritméticas. As pessoas aritméticas são tanto uma força dominante quanto uma força pacificadora na

democracia. Ocorre que a democracia repousa em uma forma de ficção, a ficção de que a maioria representaria toda a sociedade, o que não é o caso e demanda apelar para outras figuras do povo.

Nesse sentido, além do povo eleitoral há também o povo social, que existe através de reivindicações relacionadas a conflitos, através da formação de comunidades de julgamentos, de pedaços de história vividos juntos. Também pode se referir a opiniões indistintas e confusas que existem.

Há ainda o povo-princípio que é definido por aquilo que as fundações da vida comum fazem. O que representa esse povo é a lei, as regras fundadoras do contrato social e a Constituição. Isso justifica o desempenho de um papel cada vez mais importante nas sociedades modernas pelos tribunais constitucionais. Eles representam este princípio de pessoas que não é confundido com o povo da maioria.

Finalmente, há um quarto tipo de povo, que poderia ser chamado de povo aleatório, que pode ser imaginado através do sorteio de um júri de provedores ou de participantes em uma conferência de consenso. O importante é dar lugar a esses diferentes povos: o povo eleitoral/aritmético, o povo social, o povo princípio e o povo aleatório. Porque para fazer as pessoas falarem é necessário multiplicar as vozes, multiplicar seus modos de expressão. Não há pessoas que falem com uma só voz. É preciso haver polifonia.

Por outro lado a soberania necessita ser desmultiplicada. Pois não há um único meio de expressar e sustentar a vontade geral. A expressão eleitoral é, a princípio, apenas intermitente enquanto há uma demanda por democracia permanente. Mas isso não pode assumir a forma de uma democracia de botão de pressão, mesmo que hoje houvesse uma possibilidade técnica. Porque a democracia também não é reduzida a um regime de decisão.

A democracia é um regime da vontade geral, que é construída no tempo. Trata-se de desenvolver um projeto, uma história coletiva e não

apenas dizer sim ou não, ou escolher uma pessoa. A democracia não é apenas um regime de decisão instantânea, mas é a expressão de uma vontade na história. O cidadão não pode esperar estar por trás de todas as decisões, mas pode participar de um poder coletivo de controle, vigilância, julgamento e avaliação permanente dos poderes estabelecidos.

A eleição confere legitimidade, mas não a capacidade de tomar qualquer decisão. O poder dominante deve concordar em submeter suas decisões para discussão e interrogatório. A democracia é um regime de deliberação. Um sistema que discute permanentemente os objetos das decisões públicas. Há cada vez mais demanda cidadã por qualidade democrática, que vai além dos procedimentos representativos eleitorais. Essa qualidade democrática está relacionada ao modo como um governo se comporta, reportando, dando explicações, envolvendo associações e grupos intermediários. Isso é o que Rosanvallon chama de “democracia de interação”. Uma democracia em que há uma interação permanente entre poder e sociedade, e não apenas uma democracia autorizada. No entanto, muitos líderes acreditam que a democracia é apenas um regime de autorização.

Complicar a democracia também é encontrar os meios para produzir um senso comum a partir de uma sociedade que não seja apenas uma coleção de indivíduos. A democracia é um regime de produção de uma vida juntos. Esta vida comum não se resume aos grandes momentos solenes da efervescência eleitoral, mesmo que, com razão, as eleições possam ser consideradas como a “festa da democracia”, ela não se limita a esses grandes momentos de júbilo popular ou aos movimentos coletivos de protesto, mesmo quando milhões de participantes em manifestações se espalham pelas ruas de um país. Não é apenas uma festividade comum, não é apenas o lugar comum da manifestação, mas é uma sociedade que seja definida pelo fato de *confiança comum, redistribuição e concordância no compartilhamento* de várias coisas. Por esta razão, na história da democracia,

a história do estado de bem-estar social tem sido inseparável da história do sistema democrático.

No final do século XIX há uma lição essencial: no momento em que a Europa se viu em meio à elevação ao poder de forças sociais que tinham uma linguagem xenófoba, a resposta socialista e republicana foi considerar que *a questão não era apenas de identidade e de homogeneidade, mas de redefinição da questão social e do estabelecimento de um estado social*. A verdadeira resposta à crise do governo representativo e à crise de igualdade no final do século XIX, na época da primeira globalização, consistiu no desenvolvimento de uma democracia mais preocupada com o interesse geral, com a organização de partidos políticos de modo que todos pudessem se integrar, e também com o desenvolvimento do estado de bem-estar social.

Para Rosanvallon, atualmente, no momento da segunda globalização há exatamente a mesma situação onde também é *preciso redefinir e enriquecer a vida da democracia por meio de uma democracia mais interativa* e não apenas uma democracia autorizada, de forma a redefinir o contrato social. Essa dimensão está ligada a uma democracia que é definida a partir do que estava no coração das revoluções americana e francesa no século XIX: *a busca por uma sociedade mais igualitária*.

Se faz necessário falar novamente sobre uma verdadeira linguagem de igualdade. Não apenas a igualdade no sentido econômico, mas a igualdade no sentido de uma sociedade em que há realmente uma produção do comum. Se esse comum for reconstruído e se a ideia democrática for melhor aprofundada, então a questão do populismo pode encontrar uma forma de resposta que não seja simplesmente uma rejeição imediata, mas uma *ampliação da vida democrática*.

REFERÊNCIAS

ROSANVALLON, Pierre. **Democracy past and future**. New. York: Columbia University Press, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **La contre-démocratie**: la politique à l'âge de la défiance. Paris: Seuil, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **Penser le populisme**. La Vie des idées. 27 de setembro de 2011. In: COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine; GUIGNARD, Florent. (Orgs.). *Peuples et populisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014, pp. 27-42.